

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.022 - SP (2019/0300865-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : ADRIANO PINHEIRO MACHADO BUOSI - SP291610  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : P H P (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. ECA. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (45 G DE MACONHA E 28,6 G DE COCAÍNA). *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR NO *MANDAMUS* ORIGINÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DE ORDEM PÚBLICA E DA SEGURANÇA DO MENOR. REPRESENTAÇÕES EM ANDAMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DA REITERAÇÃO INFRACIONAL. MÍNIMO DE DUAS REPRESENTAÇÕES ANTERIORES JULGADAS PROCEDENTES. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA SUBSTITUÍDA POR SEMILIBERDADE. TERATOLOGIA EVIDENCIADA. Ordem concedida liminarmente, nos termos do dispositivo.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **P H P**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, porque o relator do *writ* ali impetrado indeferiu o pedido liminar, mantendo a internação provisória do paciente (fls. 26/27 – *Habeas Corpus* Cível n. 2210605-26.2019.8.26.0000), deferida pelo Juízo de Direito da Vara do Júri, Execução Penal e da Infância e Juventude de comarca de Rio Claro/SP, aos fundamentos de garantia da ordem pública e da segurança do menor (fls. 23/24 – Autos n. 1504731-26.2019.8.26.0510), pela prática, em tese, de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (45 g de maconha e 28,6 g de cocaína – fl. 17).

Na presente impetração, alega-se constrangimento ilegal consistente na internação provisória do paciente.

Sustenta a impetrante, em síntese, a ilegalidade da internação como meio de proteção do adolescente, dizendo que *a medida socioeducativa não pode ser considerada um “direito” do adolescente, sendo na verdade uma sanção – ainda que*

# Superior Tribunal de Justiça

com caráter predominantemente pedagógico - e como tal, só podendo ser aplicada em observância ao Princípio da Legalidade (fl. 6).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para determinar a expedição de salvo-conduto em favor do paciente ou, caso advenha notícia de cumprimento da decisão de internação provisória, a expedição de ordem de sua imediata desinternação (fl. 16).

É o relatório.

Busca a impetração a revogação da internação provisória do paciente, deferida aos fundamentos de garantia da ordem pública e da segurança do menor, pela prática, em tese, de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (45 g de maconha e 28,6 g de cocaína – fl. 17), ao argumento de ausência de fundamentação da medida.

Inicialmente, tem-se que o presente *mandamus* foi impetrado contra decisão, do Desembargador relator na Corte local do *habeas corpus* originário, que indeferiu o pedido liminar.

Em tais casos, esta Corte, seguindo o preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, tem entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Precedentes: AgRg no HC n. 529.093/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/9/2019; e AgRg no HC n. 529.007/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 23/9/2019.

Outrossim, transcreve-se a fundamentação da decisão do Magistrado singular, que deferiu a internação provisória (fls. 23/24):

Vistos.

Recebo a representação apresentada em relação aos adolescentes P.H.P. e M.M.O. pela prática de ato infracional equiparado ao crime previsto no artigo 33 “caput”, da Lei nº 11.343/2006, pois na inicial e nas peças que a informam, constam indícios suficientes de autoria por parte dos representados.

Manifestou-se o Ministério Público pela internação provisória do adolescente

# Superior Tribunal de Justiça

P.H.P., ante a gravidade do ato praticado e sua repercussão social, ressaltando que o jovem conta com outras duas representações e um boletim de ocorrência somente neste ano, pela prática de tráfico de entorpecentes, confessando a prática delitiva em todos os procedimentos.

Registro que, apesar de não caracterizada propriamente a reiteração infracional prevista no artigo 122, II do E.C.A., o jovem, contando com apenas 14 anos de idade, está envolvido com a prática de tráfico de entorpecentes, confessando, perante a Autoridade Policial, a propriedade dos entorpecentes que estavam em sua posse, os quais se destinavam à venda ilícita.

Ademais, em consulta à execução de medida socioeducativa sob nº 0000661-40.2019, constato que o representado não está cumprindo as medidas em meio aberto que lhe foram aplicadas em sede de remissão.

Desta feita, presentes elementos suficientes a indicar a autoria do adolescente P.H.P. no delito noticiado, imperiosa sua custódia cautelar para garantia da ordem pública e de sua própria segurança, nos termos do artigo 174 do E.C.A., posto que, apesar de contar com apenas 14 anos de idade, é nítido seu envolvimento com a traficância, colocando-se em risco ante seu próprio comportamento, posto já ser este seu quarto envolvimento em curto espaço de tempo.

Assim sendo, defiro a internação provisória do adolescente P.H.P. pelo prazo máximo de 45 dias conforme artigo 108 do E.C.A., devendo ser requisitada vaga junto a Fundação Casa, no prazo legal de 05 dias, podendo nesse prazo aguardar recolhido em dependência separada na unidade policial local nos termos do artigo 175, § 2º e 185, § 2º do E.C.A.

Por sua vez, o pedido liminar do *writ* originário foi indeferido, nos seguintes termos (fls. 26/27):

Neste juízo de cognição sumária, não se podem afastar os indícios suficientes da prática de ato infracional equiparado ao crime de tráfico de entorpecentes, justificadores da constrição determinada.

Há indícios de provas de materialidade e autoria, conforme documentos acostados aos autos de origem: boletim de ocorrência (fls. 07/11), depoimentos dos guardas municipais (fls. 12 e 13), declaração da usuária de entorpecentes (fl. 14), auto de exibição e apreensão (fls. 18/19) e a confissão do adolescente (fl. 15).

A súmula nº 492 do Eg. Superior Tribunal de Justiça não impede a avaliação das circunstâncias que permeiam a conduta infracional, as condições pessoais do jovem e tampouco afasta a busca de proteção integral ao adolescente em conflito com a norma.

O paciente possui mais 04 representações em andamento por ato infracional análogo ao dos autos, todos distribuídos em 2019, demonstrando o crescente envolvimento com o meio infracional.

A fundamentação lançada na decisão combatida é consistente e bem justifica a decretação da internação provisória, a qual, certamente, teve como norte a proteção do adolescente.

Indefiro, assim, a liminar.

*In casu*, a medida socioeducativa de internação foi aplicada ao fundamento de que o paciente possui representações em andamento por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.

# Superior Tribunal de Justiça

Então, razão assiste à impetração, pois a *gravidade concreta do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, por si só, não pode ensejar a imposição de internação ao paciente, com fulcro no art. 122, I, do ECA. Súmula n. 492 do STJ. 3. O registro da prática anterior de ato infracional análogo também não justifica a fixação da medida socioeducativa extrema, pois esta Corte Superior possui o entendimento majoritário de que, para configurar a hipótese prevista no art. 122, II, do ECA, são necessárias, no mínimo, duas representações anteriores julgadas procedentes* (HC n. 341.133/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 9/3/2016).

Verifica-se, então, teratologia manifesta na decisão hostilizada, carecendo de fundamento apto para a internação provisória do paciente, sendo suficiente para resguardar a ordem pública e da segurança do menor a medida de semiliberdade.

Em razão disso, **concedo liminarmente** a ordem impetrada para substituir a internação provisória do paciente pela medida de semiliberdade, no prazo definido pelo Juízo de Direito da Vara do Júri, Execução Penal e da Infância e Juventude de comarca de Rio Claro/SP, nos Autos n. 1504731-26.2019.8.26.0510, salvo se por outro motivo estiver internado.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator